ATA N.º 18/2013**Data da reunião ordinária: 16-09-2013****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 9:30 horas****Términus da reunião: 11:00 horas****A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jaime Manuel Gonçalves Ramos**Vereadores:**

Carlos Alexandre Zagalo Gouveia
Paula Maria da Costa Pereira
João Sebastião Coutinho Lima Canaverde
Carlos Manuel Godinho Matias

Outras Pessoas:**Responsável pela elaboração da ata:****Nome:** Maria de Lurdes Marques Esteves Alves dos Santos**Cargo:** Coordenador Técnico**Faltas justificadas:** Henrique da Cunha Pereira
Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva**Faltas por justificar:****Resumo diário da Tesouraria: 13/05/2013****Operações Orçamentais: 968.558,75****Operações não Orçamentais: 296.339,89**

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- Após a aceitação das inscrições do público, nos termos do n.º 2, art.º 6.º do Regimento desta Câmara Municipal, o Exmo. Presidente deu a palavra, no início da reunião, ao seguinte munícipe:

- SR. JOSÉ BENTO, residente na rua 1.º de Dezembro, n.º 106 – Entroncamento, (esquina da rua 1.º de Dezembro com a rua Vieira da Silva) a solicitar a limpeza de um curso de água que passa num terreno naquela zona, originando, no Inverno, problemas com entupimentos e inundações nas garagens, que chegam a atingir 0,5 m.

Já cá estive o seu vizinho a expor a situação, passados uns dias foram lá mas só cortaram as canas, o problema continua, porque o que tem que ser limpo é a vala dado que existem manilhas lá dentro que se encontram obstruídas e não deixam escoar a água.

Pretende que o problema seja resolvido definitivamente, de modo a que as manilhas fiquem desobstruídas e visíveis, para que a água possa correr fluentemente.

O Exmo. Sr. Presidente referiu que pensava que a situação já estava resolvida, mas fica o seu comprometimento de tentar resolver a situação, dado que o terreno é de um particular.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INFORMAÇÕES

- De acordo com o art.º 9.º do Regimento desta Câmara Municipal, o Exmo. Presidente usou da palavra, para informar o seguinte:

1 – EXMO. PRESIDENTE

a) Que a Sr.ª Vereadora Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva, e o Sr. Vereador Henrique da Cunha Pereira, não puderam comparecer à reunião de hoje, por motivos profissionais.

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, justificar estas faltas.

b) Marcou uma reunião extraordinária para o dia 26 de setembro corrente, às 09:30 horas, para análise de assuntos pendentes.

Este assunto foi aprovado em minuta para produzir efeitos imediatos.

c) Esteve, acompanhado da Sr.ª Vice-presidente, na abertura do novo ano escolar na Escola Dr. Ruy d'Andrade, com a abertura de 10 salas de aula, tendo corrido tudo de forma satisfatória, assim como as AEC's que também começaram hoje dentro dos condicionalismos normais.

d) Que, de acordo com a deliberação de 02 de setembro corrente, já deram entrada no Tribunal da Comarca do Entroncamento, os seguintes processos:

- SGD n.º 4607/13 - Processo de revisão do PDM, em que foi detetado a existência de dois loteamentos aprovados com lotes em reserva agrícola;
- SGD n.º 4444/12 - Obras previstas no loteamento que não teriam sido executadas;
- SGD n.º 12035/13 - Queixa apresentada junto da ACT – Autoridade das Condições de Trabalho, em nome de Susana Isabel Mestre de Oliveira Abreu, em que foi indevidamente utilizado o seu nome.

e), Por último, deu conhecimento do seguinte texto de Reconhecimento Público ao Reverendo Pároco José Luís Fernandes Borga:

«A 19 de Novembro de 1964, na aldeia das Lapas, no Concelho de Torres Novas, nascia José Luís Borga, uma hora depois do seu irmão gémeo, Luís Manuel Borga. Abriu os olhos para o mundo no seio de uma família católica, onde existia uma tradição para o presbitério, pois o seu irmão mais velho, João Maria Borga, então com 12 anos, frequentava o Seminário Menor de Santarém. A sua família passou a ser constituída por cinco filhos; duas raparigas e três rapazes.

Em 1977, aquando da ordenação sacerdotal de João Maria, foi maior ainda a envolvência da família no meio religioso de forma que, em 1981, José Luís Borga considera que também ele sentiu o chamamento Divino e decide, com o apoio incondicional da família, ingressar no Seminário de Almada, pertencente ao Patriarcado de Lisboa. Após a permanência de cinco anos no Seminário, sentiu-se preparado para deixar Almada e partir para os Olivais. Tinha, então 22 e uma extraordinária convicção religiosa, de forma que, a 26 de Maio de 1990 foi ordenado Sacerdote, integrando-se no presbitério da Diocese de Santarém.

Paralelamente à fé surge uma outra grande paixão na sua vida; a música.

Desde muito jovem dava alma ao coro paroquial das Lapas como organista. Forma com o irmão gémeo o grupo musical “Nova Era”, ao mesmo tempo que ia acompanhando a liturgia à viola e ao órgão.

José Luís Borga sente que a música é um modo particular de comunicar com as pessoas, assim como de celebrar a Fé!

Nas voltas que a vida dá, como pedagogo ou evangelizador, cruzou-se com Carlos Alberto Moniz. É assim que surge, no Jubilar ano 2000, o seu primeiro álbum que obteve a dupla platina, publicado pela Editora Ovação.

Entre a gravação de CD's, Espetáculos Musicais, participações nos Media e a condução do seu rebanho, surge com igual relevo a escrita. O Sacerdote consegue chegar ainda mais perto dos seus paroquianos através dos cinco livros que publicou e que se revelaram um enorme sucesso.

Na nossa Cidade, José Luís Borga mostrou-se um sacerdote enérgico e muito proactivo, tendo sido o primeiro Pároco da Paróquia de N. Sra. de Fátima.

Ao longo dos quinze anos em que conduziu os destinos da Paróquia, desenvolveu um trabalho exemplar, pautado pela construção do Centro Pastoral de N. Sra. de Fátima. Neste Centro instalou diversas valências, entre as quais salientamos a criação da Conferência de N. Sra. de Fátima, as duas casas mortuárias, uma capela, salas de conferências, assim como salas de aulas. O seu objetivo era poder chegar a todos os paroquianos, não só como evangelizador, mas também dotando a cidade de equipamentos disponíveis a todos de modo a enraizar o verdadeiro espírito cristão.

Na Paróquia de N. Sra. de Fátima promoveu e dinamizou encontros diversos, fazendo da Igreja um local onde todos se sentiam bem e em família, unidos pelo Amor a Cristo. Promoveu o crescimento e a sustentabilidade da Conferência da S. Vicente de Paulo, alicerçando-a em trabalho voluntário de dezenas de cidadãos, para apoio constante e direto aos mais necessitados, tendo sido uma das suas principais obras imateriais.

Sacerdote empenhado pautou a sua vida por levar a todos, de uma forma muito peculiar, a Boa Notícia de Jesus Salvador.

Ficou no coração de toda a comunidade com quem privou durante quinze anos, tendo sido sacerdote, confidente e amigo de muitos. Do seu envolvimento e trabalho comunitário se dá pública nota de reconhecimento, formulando votos dos maiores sucessos para o trabalho nas Paróquias da Chamusca, Carregueira e Pinheiro Grande.»

O Vereador Sr. Carlos Matias, fez a seguinte declaração de voto:

«Muito embora não partilhe das convicções religiosas do Reverendo Padre José Luís Borga, reconheço o papel marcante da sua passagem pelo Entroncamento, em particular pela Paróquia de Nossa Senhora de Fátima.

Em consequência, associo-me em termos gerais ao texto proposto, desejando-lhe as maiores felicidades no seu ministério.»

Este assunto foi aprovado em minuta para produzir efeitos imediatos.

2 – VEREADOR SR. ALEXANDRE ZAGALO

Desejou a todos os alunos e famílias um bom regresso às aulas, com muitos sucessos escolares e que comecem a preparar o acesso às universidades.

Parece-lhe que no Entroncamento não existem situações como se verificam noutros locais. O Entroncamento tem boas ofertas a nível de ensino, porque com o novo parque escolar oferece uma qualidade humana em termos de meios e para que as pessoas se fixem aqui.

3 – VEREADOR SR. CARLOS MATIAS

Quero informar que neste preciso momento está avariada uma máquina de emissão de tickets de estacionamento, no parque junto à estação. Mais precisamente a máquina recolhe o dinheiro, mas não emite o respetivo talão.

Creio que deveria haver uma intervenção urgente, pois está a causar problemas.

As pessoas ou pagam a dobrar, usando a outra máquina ou arriscam-se a multa.

- O Exmo. Presidente ordenou que os serviços tratassem da situação de imediato.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

LEITURA E APROVAÇÃO DE ATA

- Foi presente a ata da reunião de 02 de setembro de 2013, que previamente foi distribuída aos Srs. Vereadores, a qual foi aprovada, por unanimidade, e assinada por todos os presentes.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

6890 - ASSEMBLEIA MUNICIPAL – AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – 3 ASSISTENTES OPERACIONAIS (ÁREA DE EDUCAÇÃO)

- Ofício n.º 148/13, datado de 30 de agosto, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a comunicar que na sua Sessão Extraordinária, realizada em 29/08/2013, aprovou, por maioria, a “Autorização para Abertura de procedimento concursal para 3 Assistentes Operacionais (Área da Educação)”.
- A Câmara tomou conhecimento.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

EXPEDIENTE DIVERSO

9159 – PORTAGENS NA A23

- Ofício n.º 723/2013/DOR, datado de 28 de agosto, da EP – Estradas de Portugal, S.A., a informar que tomaram boa nota da Moção aprovada por esta Câmara Municipal na reunião de 15/07/2013, sobre a questão das portagens na A23, tendo merecido a sua melhor atenção.

No entanto, referem que A23, autoestrada que liga Torres Novas (A1) à Guarda (A25), é uma via portajada nos termos do Decreto-Lei n.º 11/2011, de 28 de novembro, não tendo sido introduzida qualquer alteração ao regime de circulação vigente desde aquela data.

Mais informa, no que se refere às estruturas instaladas em alguns nós de acesso desta via, que as mesmas constituem equipamentos de teste de novas configurações do sistema de cobrança de portagens.

- A Câmara tomou conhecimento.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

3244 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA NORTE – REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO

- Do Chefe de Divisão de Finanças e Património, Dr. Hugo Gonçalves, foi presente a informação que abaixo se transcreve a propor a anulação da deliberação de 05/04/2010, sobre a atribuição de um subsídio à Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância Norte.

Assim:

«Se me der autorização vou fazer uma breve informação para anulação da deliberação de 05 de abril de 2010 (em anexo). Nesta reunião foi deliberado a atribuição de um subsídio à Associação de Pais do Jardim de Infância Norte no valor de 125 € para comparticipação de transporte a um espetáculo de teatro. Esta verba está incluída no PAEL.

Já tentámos inúmeras vezes falar com a responsável da Associação e até ao momento nunca atendeu o telefone. A única vez que respondeu foi a um e-mail nosso onde solicitávamos o NIB e que a mesma responde que a visita foi comparticipada pelos pais e que terá de ser o jardim a resolver a melhor maneira de resolver a questão.

Tendo em conta o total desinteresse dos responsáveis desta associação em receber o dinheiro e visto que não podemos ficar com o PAEL pendente por causa de 125 € sou da opinião que esta deliberação deve ser revogada.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, anular a atribuição do subsídio de 125,00 Euros, revogando a deliberação de 05 de abril de 2010.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CLUBES ASSOC. DESPORT. CULTURAIS DO ENTR.º

12151 - UNIÃO FUTEBOL ENTRONCAMENTO – PUBLICIDADE PARA ÉPOCA DESPORTIVA 2013/2014

- E - mail do União Futebol Entroncamento, a solicitar a continuação da publicidade por parte do Município para a época desportiva de 2013/2014, no Pavilhão Albano Mateus, nos cartazes de divulgação dos eventos e nos equipamentos das várias modalidades do Clube, por entenderem que esta publicidade é de todo o interesse e mais-valia para ambas as Instituições, facto este que se tem vindo a revelar ao longo das várias épocas desportivas em que tem havido esta parceria.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, autorizar a continuidade da publicidade solicitada, atribuindo, para o efeito, um subsídio no valor de 1.250 Euros.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

12101 – ACADEMIA CULTURAL E RECREATIVA DE DANÇA DO ENTRONCAMENTO – AULA ABERTA DE ZUMBA FITNESS – PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DA LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- E-mail de 12 de setembro de 2013, da Academia Cultural e Recreativa de Dança do Entroncamento, a solicitar a isenção do pagamento das taxas para a realização de uma aula aberta de zumba fitness, junto ao MIBAR, no Parque do Bonito, no dia 13 de setembro corrente, das 21,45 horas às 22,00 horas.

Sobre este assunto a Sr.ª Vice-Presidente, no impedimento legal do Exmo. Presidente, proferiu o seguinte despacho:

«Deferido de acordo com o n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18/09 e posteriores alterações. Aos Serviços para procedimento. À reunião de Câmara para ratificação.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, ratificar o presente despacho.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROTEÇÃO CIVIL

12468 – CODENADOR DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL - DESPACHO

- Do Exmo. Presidente, foi presente o despacho que a seguir se transcreve.

A SABER:

«DESPACHO

Atendendo ao facto do Serviço Municipal de Proteção Civil não se encontrar dotado dos recursos humanos necessários à prossecução das atividades de proteção civil no âmbito municipal, cujas competências encontram-se previstas no artigo 10.º da Lei 65/2007 de 12 de novembro, determino que o trabalhador, Fernando Manuel Lima Fernandes, com a categoria de Encarregado Geral Operacional, preste ainda apoio nessa área, exercendo funções de coordenador do Serviço Municipal de Proteção Civil, ficando nesta área a prestar-me apoio direto, tendo em conta a minha qualidade de autoridade municipal de proteção civil.

Entroncamento, 10 de setembro de 2013

O Presidente da Câmara Municipal
Jaime Manuel Gonçalves Ramos»

- A Câmara tomou conhecimento.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ALT. ORÇ. DESPESA E GOP'S P/ANO ECONÓMICO

12562 - ALTERAÇÃO N.º 12 AO ORÇAMENTO DA DESPESA E N.º 10 ÀS GOP'S P/ANO ECONÓMICO 2013

- A Câmara aprovou, por maioria, a Alteração n.º 12 ao Orçamento da Receita, Despesa e GOP'S para o Ano Económico de 2013, totalizando 18.600,00 € (dezoito mil e seiscentos euros), a fim de reforçar rubricas insuficientemente dotadas e inseridas no mesmo documento e a qual faz parte integrante da presente ata.
- De notar que, o valor referido inclui a Alteração n.º 10 às Grandes Opções do Plano - GOP (PPI e AMR).
- Votaram a favor os Vereadores Srs. João Canaverde, Vice-Presidente Paula Costa e Exmo. Presidente.
- Abstiveram-se os Vereadores Srs. Alexandre Zagalo e Carlos Matias.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ESTACIONAMENTOS

12559 – CONCESSÃO DE ESTACIONAMENTO – ZONA A – PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DE QUESTÕES DE ÍNDOLE FINANCEIRA – MINUTA DE ACORDO

- Do Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. Gilberto Martinho, foi presente uma “Minuta de Acordo”, a celebrar entre o Município do Entroncamento e a Firma Tecnovia – Tecnovia Açores, em Consórcio, com vista a resolver a questão pendente com o concessionário do estacionamento da Zona A, de acordo com os documentos que também anexa, o que tudo aqui se dá como integralmente reproduzido.
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Minuta de Acordo, rubricando-o, bem como, os documentos anexos.
- Mais deliberou remeter o assunto à Assembleia Municipal, para autorização prévia, visto tratar-se de compromissos plurianuais [alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21/2 - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso].
- Deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

SIADAP

12089 – SIAG – INDICADORES DE APOIO À GESTÃO – JANEIRO A JULHO DE 2013

- Do Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. Gilberto Martinho, foi presente o mapa do SIAG – Indicadores de Apoio à Gestão, dando conhecimento da estatística do movimento processual efetuado nos diversos setores do Departamento de Administração Geral e Finanças, no período de janeiro a julho de 2013.
- A Câmara tomou conhecimento.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

12576 - INFORMAÇÃO FINANCEIRA MENSAL MÊS DE AGOSTO DE 2013

- Do Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. Gilberto Martinho, foi presente a informação acerca da situação financeira do Município, relativamente ao mês de agosto de 2013.
- A Câmara tomou conhecimento.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3206 - LISTA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OBJETO DE PARECER GENÉRICO FAVORÁVEL

- A Câmara, atenta a deliberação de 04 de março de 2013, tomou conhecimento da lista da prestação de serviços objeto de parecer genérico favorável, relativa ao mês de agosto de 2013.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CONTRAORDENAÇÕES

12341 – GESTÃO DE CONTRAORDENAÇÕES DE TRÂNSITO – ADOÇÃO DA SOLUÇÃO CTT/MAILTEC STICO E PICO – INTERAÇÃO COM ACONCESSIONÁRIA TECNOVIA

- Do Especialista de Informática, Dr. Emanuel Fernandes, foi presente a informação que abaixo se transcreve, sobre a adoção da solução CTT/Mailtec STICO e PICO – interação com a concessionária Tecnovia.

A SABER:

«No seguimento do SGD 6191/2013, relativo à adoção da solução STICO (Solução de Tratamento Integrado de Contraordenações – Trânsito) e PICO (Plataforma Integrada de Cobranças) para a Gestão de Contraordenações de Trânsito (despacho do Sr. Presidente datado de 25/08/2013), importa diligenciar para que a nossa concessionária para o estacionamento, a empresa Tecnovia, também adira ao novo sistema.

De forma resumida, a solução agora adotada terá as seguintes características e mais-valias:

1. A solução adotada conduzirá a um tratamento mais eficiente das contraordenações de trânsito, reduzindo os recursos humanos e financeiros atualmente despendidos por esta câmara, pois;
 - a. O processo de tratamento administrativo que concerne à impressão e tratamento de expediente passa a ser todo automatizado do lado dos CTT;
 - b. Deixa de ser necessário ter o equipamento de impressão (consumíveis e manutenção) do nosso lado, bem como o papel pré-impresso / autos (INCM) e demais formulários dos CTT;
 - c. A integração com a ANSR para a ser automatizada (reduz-se o trabalho administrativo associado a este procedimento bem com os custos de expediente);
 - d. Deixamos de ter necessidade de possuir dois servidores dedicados a este processo e um contrato de manutenção (atualmente no valor de cerca de 2.917,50 €/ano, mais eventuais despesas extra quando existem problemas com algum dos servidores, como já aconteceu este ano com mais 400€).
2. O Município passa a gerir a emissão dos autos e o recebimento dos pagamentos.
 - a. O sistema inclui a gestão dos pagamentos através da rede multibanco, CTT e Payshop, integrado automaticamente com a gestão dos autos;
 - b. O Município ao receber o produto das coimas, retém os 55% a que tem direito transferindo, depois, o restante para as entidades correspondentes (10% para ANSR e 35% para o Estado);
3. Movimentos / Contraordenações e custos previstos:
 - a. Tem havido uma quebra sucessiva nos processos de contraordenação de trânsito; de uma média mensal superior a 390 no 1.º trimestre de 2012 passámos para uma média mensal de 22 no 1.º trimestre de 2013 e que tem vindo a decrescer; de janeiro a julho de 2013 foram registadas mensalmente, em média, apenas 12 novas contraordenações, sendo que nos dois últimos meses a média é de 4;
 - b. É sabido que, para além das contraordenações enviadas pela concessionária, os fiscais municipais também vão atuar nesta matéria;

c. Face ao exposto, estima-se que em, média, venham a ser registadas 20 novas infrações por mês ao longo do próximo ano;

d. Para estas quantidades, a proposta agora adotada terá um custo estimado anual de 2.650,00€.

e. Constata-se que existe uma redução direta nos custos de 10%, mas unicamente comparando com a despesa contratual existente com a empresa ANO. Chamo a atenção que já aqui estão incluídos custos com os pagamentos das contraordenações (comissões com Multibanco, Payshop, balcões CTT), impressos da INCM, envelopes, impressão e consumíveis e o inerente à manutenção de 2 servidores e 2 impressoras; para além disso prevê-se que venha a ser possível libertar, de certa maneira, um recurso humano.

f. Mantém-se os custos de envio do correio, ao abrigo do contrato já existente com os CTT.

A empresa Tecnovia adquiriu, quando do início da concessão, o software por nós indicado, suportando os respetivos custos de aquisição e manutenção. De acordo com o ponto 1.d e 3.e, ao deixarmos o sistema da ANO, a empresa Tecnovia deverá também alterar o seu sistema de forma a se tornar compatível com o sistema por nós agora adotado. Dessa forma, todos os avisos emitidos por aquela entidade que venha ser contraordenações de trânsito entrarão de forma direta no sistema, permitindo a gestão automatizada de todo o circuito (mantendo todos os benefícios referidos anteriormente, em concreto a redução de custos e a previsível libertação de um recurso humano desta tarefa específica).»

- Relativamente a esta questão, o Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. Gilberto Martinho, informou o seguinte:

«A informação elaborada pelo Dr. Emanuel Fernandes ("Visualizar" é bastante clara sobre o assunto.

Após a alteração do procedimento relativo ao pagamento das coimas por contraordenação de trânsito - que deixa de ser feita diretamente à ANSR - para passar a ser feita ao município que por sua vez transfere para o Estado (35%) e ANSR (10%) das verbas respetivas, retendo 55% do valor da coima, há que proceder à alteração do sistema processual interno.

Na verdade, o sistema utilizado, baseado no software da ANO terminava na impressão de um auto o qual só podia ser impresso em documentos elaborados na INCM e cujo custo era bastante elevado.

Por outro lado, exigia ao município a presença constante de 2 trabalhadoras tendo-se registado atrasos superiores a um ano no processamento das contraordenações, o que não é aceitável nem justo.

Com o sistema apresentado pelos CTT, cujo processamento pode ser visto no Anexo I, todo o procedimento se torna mais fácil e em poucos dias a notificação será entregue ao infrator pelos CTT.

Existe por parte do município uma redução substancial de custos e de meios.

Contudo, essa situação faz com que a TECNOVIA tenha de suportar custos que até agora não suportava com a comunicação entre os PDA's e o sistema informático do município.

Esse custo é de 0,45 € por cada movimento, propondo a empresa que o município suporte metade desse custo.

O movimento de contraordenações atualmente registado é bastante baixo, conforme se pode ver no ponto 3 da informação em "Visualizar".

Dado o interesse do município em que o concessionário adira a este sistema e como o município terá uma receita de 55% sobre o valor de cada coima, proponho:

- que a Câmara aprove suportar o encargo de 0,225 € por cada transação comunicada entre a Tecnovia e o sistema informático do município com vista a poder ser utilizado o webservice dos CTT/Mailtec.»
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, concordar com as informações prestadas, procedendo de acordo com as mesmas.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CONCURSOS PÚBLICOS

9836 – AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA A ESCOLA BÁSICA DR. RUY D’ANDRADE – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- Na sequência da deliberação de 02 de setembro de 2013, na qual a Câmara deliberou notificar a Firma EDUBOX S.A., a pronunciar-se por escrito, ao abrigo da audiência prévia, no prazo máximo de 5 dias, sobre a não apresentação dos documentos de habilitação, no seguimento da adjudicação respeitante ao procedimento concursal para “Aquisição de Mobiliário Escolar para a Escola Básica Dr. Ruy d’Andrade”, e após a justificação apresentada pela referida Firma, anexa ao processo, foi presente a seguinte informação da Assistente Técnica Paula Cardoso, do Setor de Notariado:

«Anexou-se (30 e 31) mensagem colocada na plataforma e justificação da firma Edubox em sede de audiência Prévia de acordo com o n.º 2 do artigo 86.º do CCP, anexou-se ainda os documentos de habilitação, que se encontram em conformidade (anexo 32).

Deverá ser presente na próxima reunião de Câmara, a fim da mesma se pronunciar, sobre a justificação da não apresentação dos documentos de habilitação, no prazo estabelecido na notificação da adjudicação; bem como dos tramites a seguir:

- caducidade da adjudicação e adjudicação à proposta ordenada em lugar subsequente, ou,
- aceitação da justificação apresentada e continuidade do processo com o adjudicatário Edubox, S.A.»

Relativamente a este processo, o Exmo. Presidente, em 06/09/2013, proferiu o seguinte despacho:

«De acordo com o n.º 3 do art.º 68.º da Lei n.º 169/99 de 18/09 e posteriores alterações, é aceite a justificação. Manter a adjudicação. Aos Serviços para procedimento. À reunião de Câmara para ratificação.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, ratificar este despacho.
- Deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

HABITAÇÃO SOCIAL

2958 – LISTA DEFINITIVA DE CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS PARA ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO DE RENDA SOCIAL

- Da Técnica Superior Dr.ª Laura Maia, da Divisão de Assuntos Sociais, Educação e Saúde, foi presente a Lista Definitiva de Classificação dos Candidatos para atribuição de Habitação de renda social, que a seguir se transcreve:

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS PARA ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO DE RENDA SOCIAL

Nome	Classificação
Maria do Céu Duarte Tomás	1.º

Sara Cristina de Oliveira Farinha	2.º
Telma Gomes Vasques	3.º
Carina Fabiana Vitorino Lemos	4.º
Paulo Manuel Silva Cortes	5.º
Cláudia Marisa Fernandes Marques	6.º
Sónia Silveira Fonseca	7.º
Maria de Fátima Balão Batista	8.º
Ernesto Lopes Semedo	9.º
Conceição Jesus Raimundo	10.º
Orlando Barão Pascoal	11.º
Maria Arminda Ribeiro M. Antunes	12.º
Maria Fernanda Galinha de Sousa	13.º
Fernando Joaquim Gil Artur	14.º
Ana Sofia de Jesus Nunes	15.º
Alexandra Emília G. Bruno	16.º
Sandra Maria Ferreira Costa	17.º
Vera Lúcia Farinha	18.º
Fernando Jorge Ribeiro	19.º
Ivone Rute Pereira Tadeu	20.º
Maria Rosa	21.º
Conceição Silva Bruno	22.º
Ana Maria Lopes António	23.º
Raquel Gonçalves da Silva	24.º
Olinda Rosa Rodrigues	25.º
José Carlos Marques Barata	26.º

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Lista Definitiva de Classificação dos Candidatos para Atribuição de Habitação de Renda Social.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

SERVIÇOS DE ÁGUAS

7265 – LIGAÇÃO DE ÁGUA AO CONCELHO DE VILA NOVA DA BARQUINHA (PONTE DA PEDRA)

- Na sequência da deliberação de 15 de julho de 2013, na qual foi deliberado cobrar à Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, a tarifa fixa mensal do contador para abastecimento de água do parque de campismo e habitações daquele concelho, de acordo com a tabela em vigor e a água ao preço de custo, e após comunicação efetuada ao Município de Vila Nova da Barquinha, foi presente, deste, o ofício n.º 1496, a solicitar a reanálise da deliberação tomada por discordar do pagamento mensal de cerca de 72€, o qual a maior parte dos meses constituirá um valor superior ao consumo total que o mesmo visa servir.

Sobre este assunto o Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. Gilberto Martinho, prestou a seguinte informação:

«Ofício do município de Vila Nova da Barquinha a questionar o valor da tarifa fixa para o contador, em anexo 6.

Conforme informação em 1, "Foi colocado um contador conjugado de DN 80mm. O contador conjugado é composto por um contador de turbina para grandes consumos Dn 80, e outro contador volumétrico doméstico para baixos consumos (DN 20 mm). A tarifa fixa para 80 mm (atualizada) é de 71,8944 €".

Se este é o contador adequado, então a tarifa aplicada é a correta.

Se o contador é exagerado para as necessidades do local então os serviços da DSU deverão pronunciar-se sobre o assunto, tendo em conta o exposto pela Câmara de VN Barquinha.»

Ouvido, para o efeito, o Chefe de Divisão de Serviços Urbanos, Eng.º Civil Nuno Valente, prestou, este, a seguinte informação:

«O contador é o adequado para aquilo que foi requerido, ou seja o abastecimento a habitações e a colocação de um marco de incêndio, aliás foi conclusão comum de todos os que estávamos no local a analisar a situação, da parte da CME e CMVNB. Sugiro que o contador seja pago pela CMVNB não se aplicando a taxa de aluguer de contador.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com estas informação, deliberou, por unanimidade, cobrar à Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha o valor pela aquisição do contador, alterando, nesta parte, a sua deliberação de 15 de julho de 2013.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS

12545 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL E DESENHO – PARECER PRÉVIO

- Da Técnica Superior Dr.ª Filipa Silvestre, do Setor de Aprovisionamento, foi presente a seguinte informação, referente à contratação de uma Prestação de Serviços na Área de Engenharia Civil e Desenho.

A SABER:

«Na sequência da informação do Eng.º Nuno Valente, torna-se necessário proceder à contratação de uma **Prestação de Serviços na área de Engenharia Civil e Desenho**, sugerindo-se que seja efetuado uma prestação de serviços com Nuno Miguel Marques Nunes, por um prazo de 12 meses, com início a **1 de Outubro de 2013**.

Assim, atendendo ao disposto no n.ºs 4.º e 10.º do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2013), fica dependente de parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal a celebração de contratos de prestação de serviços, independentemente da contraparte.

O parecer prévio favorável, nos termos do n.º 5 do artigo 75.º da Lei do OE para 2013, deve ser instruído, de acordo com o n.º 2 do artigo 3.º da portaria 16/2013 de 17 de janeiro, com os seguintes elementos:

a) Descrição do contrato e seu objeto, demonstrando não se tratar de trabalho subordinado, bem como a inconveniência do recurso a modalidade de relação jurídica de emprego constituída ou a constituir e a inexistência de pessoal em situações de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;

b) Declaração de confirmação de cabimento orçamental emitida pelos respetivos serviços;

c) *Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato;*

d) *Informação da contraparte, designadamente no que respeita à relação ou à participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º, grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum;*

e) *Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 19.º da Lei 55-A/2010 de 31 de dezembro, alteradas pelas Leis n.ºs 48/2011 de 26 de agosto e 60-A/2011 de 30 novembro, juntando elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e ou contraparte.*

Nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei do O.E. para 2013 “Para efeitos de aplicação da redução a que se refere o n.º 1 do mesmo artigo e diploma, é considerado o valor total do contrato de aquisição de serviços, exceto no caso das avenças, previstas no n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas leis n.ºs 64-A/2008 de 31 de dezembro, 3-B/2010 de 28 de abril, 34/2010 de 2 de setembro e 55-A/2010 de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela presente Lei em que a redução incide sobre o valor pagar mensalmente.”

Tendo em conta o supra citado com o objetivo de proceder à celebração do contrato de **Prestação de Serviços na área de Engenharia Civil e Desenho** e para efeitos da emissão de parecer prévio da Câmara Municipal, cumpre-nos informar o seguinte sobre os seguintes elementos:

a) **Descrição do contrato e seu objeto** - O presente procedimento reveste a forma da prestação de serviços, e tem objeto o supra descrito, tratando-se de trabalho não subordinado, o qual é prestado com autonomia e não se encontra sujeito à disciplina e à direção do Município, nem impõe o cumprimento de horários de trabalho, tal como refere o chefe de divisão na sua informação.

b) **Declaração de confirmação de cabimento orçamental** - A verba será contemplada na rubrica 0303 010107 do Orçamento Municipal para o ano de 2013, que será reforçada na reunião onde o presente parecer prévio será emitido (alteração n.º 12 conforme registo 12562/2013). Assim que a alteração orçamental for aprovada será cabimentado de imediato 3.000,00€, referente a 3 meses da prestação de serviço para o ano de 2013.

c) **Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato** – De acordo com a informação inicial constante no registo SGD 12545, torna-se necessário proceder à contratação do serviço durante um prazo de 12 meses, com valor base mensal de 1.000,00€. Desta forma propõe-se a adoção de um procedimento por ajuste direto ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

d) **Informação sobre a contraparte, designadamente no que respeita à relação ou à participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º Grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum** - Quanto a esta informação, não se conhece qualquer grau de parentesco ou pessoa com quem viva em economia comum, com atuais colaboradores ou ex-colaboradores e o Município.

e) **Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória** – Tendo em conta que o valor/mensal é de 1.000,00€, não haverá lugar à redução

prevista no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010 alterada pelas leis nos 48/2011, de 26 de agosto, e 60-A/2011, de 30 de novembro e portaria n.º 16/2013, de 17 de janeiro.

Desta forma, solicita-se que o órgão executivo emita parecer prévio favorável quanto ao presente procedimento, em conformidade com o previsto na portaria 16/2013 de 17 de janeiro, conjugada com o disposto nos artigos 19.º da lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro, alterada pelas leis n.ºs 48/2011 de 26 de agosto e 60-A/2011 de 30 de novembro, n.º 20.º e 26.º da lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro que aprova o O.E.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por maioria, emitir parecer favorável, de acordo com esta informação.

- Votou contra o Vereador Sr. Carlos Matias, que apresentou a seguinte declaração de voto:

«Voto contra, porque considero excessivamente baixo o valor proposto para a avença.»

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

12599 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE TOPOGRAFIA – PARECER PRÉVIO

- Da Técnica Superior Dr.ª Filipa Silvestre, do Setor de Aprovisionamento, foi presente a seguinte informação, referente à contratação de uma Prestação de Serviços na Área de Topografia.

A SABER:

«Na sequência da informação do Diretor de Departamento de Urbanismo e Obras Municipais Arq. Silvino Ferreira dos Santos, torna-se necessário proceder à contratação de uma **Prestação de Serviços na área de Topografia**, sugerindo-se que seja efetuado uma prestação de serviços com Nuno Miguel Duarte Baltazar, por um prazo de 12 meses, com início a **23 de Setembro de 2013**.

Assim, atendendo ao disposto no n.ºs 4.º e 10.º do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2013), fica dependente de parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal a celebração de contratos de prestação de serviços, independentemente da contraparte.

O parecer prévio favorável, nos termos do n.º 5 do artigo 75.º da Lei do OE para 2013, deve ser instruído, de acordo com o n.º 2 do artigo 3.º da portaria 16/2013 de 17 de janeiro, com os seguintes elementos:

a) *Descrição do contrato e seu objeto, demonstrando não se tratar de trabalho subordinado, bem como a inconveniência do recurso a modalidade de relação jurídica de emprego constituída ou a constituir e a inexistência de pessoal em situações de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;*

b) *Declaração de confirmação de cabimento orçamental emitida pelos respetivos serviços;*

c) *Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato;*

d) *Informação da contraparte, designadamente no que respeita à relação ou à participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º, grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum;*

e) *Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 19.º da Lei 55-A/2010 de 31 de dezembro, alteradas pelas Leis n.ºs 48/2011 de 26 de agosto e 60-A/2011 de 30 novembro, juntando elementos e cálculos*

relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e ou contraparte.

Nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei do O.E. para 2013 “Para efeitos de aplicação da redução a que se refere o n.º 1 do mesmo artigo e diploma, é considerado o valor total do contrato de aquisição de serviços, exceto no caso das avenças, previstas no n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas leis n.ºs 64-A/2008 de 31 de dezembro, 3-B/2010 de 28 de abril, 34/2010 de 2 de setembro e 55-A/2010 de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela presente Lei em que a redução incide sobre o valor pagar mensalmente.”

Tendo em conta o supra citado com o objetivo de proceder à celebração do contrato de **Prestação de Serviços na área de Topografia** e para efeitos da emissão de parecer prévio da Câmara Municipal, cumpre-nos informar o seguinte sobre os seguintes elementos:

a) **Descrição do contrato e seu objeto** - O presente procedimento reveste a forma da prestação de serviços, e tem objeto o supra descrito, tratando-se de trabalho não subordinado, o qual é prestado com autonomia e não se encontra sujeito à disciplina e à direção do Município, nem impõe o cumprimento de horários de trabalho, tal como refere o chefe de divisão na sua informação.

b) **Declaração de confirmação de cabimento orçamental** - A verba será contemplada na rubrica 0303 010107 do Orçamento Municipal para o ano de 2013, que será reforçada na reunião onde o presente parecer prévio será emitido (alteração n.º 12 conforme registo 12562/2013). Assim que a alteração orçamental for aprovada será cabimentado de imediato 1.642,86€, referente a 3 meses e 1 semana da prestação de serviço para o ano de 2013.

c) **Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato** – De acordo com a informação inicial constante no registo SGD 12599, torna-se necessário proceder à contratação do serviço durante um prazo de 12 meses, com valor base mensal de 500€. Desta forma propõe-se a adoção de um procedimento por ajuste direto ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

d) **Informação sobre a contraparte, designadamente no que respeita à relação ou à participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º Grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum** - Quanto a esta informação, não se conhece qualquer grau de parentesco ou pessoa com quem viva em economia comum, com atuais colaboradores ou ex-colaboradores e o Município.

e) **Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória** – Tendo em conta que o valor/mensal é de 500,00€, não haverá lugar à redução prevista no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010 alterada pelas leis nos 48/2011, de 26 de agosto, e 60-A/2011, de 30 de novembro e portaria n.º 16/2013, de 17 de janeiro.

Desta forma, solicita-se que o órgão executivo emita parecer prévio favorável quanto ao presente procedimento, em conformidade com o previsto na portaria 16/2013 de 17 de janeiro, conjugada com o disposto nos artigos 19.º da lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro, alterada pelas leis n.ºs 48/2011 de 26 de agosto e 60-A/2011 de 30 de novembro, n.º 20.º e 26.º da lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro que aprova o O.E.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por maioria, emitir parecer favorável, de acordo com esta informação.

- Votou contra o Vereador Sr. Carlos Matias, que apresentou a seguinte declaração de voto:

«Voto contra, porque considero excessivamente baixo o valor proposto para a avença.»

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

NOTARIADO

18077 - MINUTA DE CONTRATO DE COMODATO – CEDÊNCIA DE TERRENO AO MOTOCLUBE OS FENÓMENOS DO ENTRONCAMENTO – PARQUE DO BONITO

- Da Assistente Técnica Ana Paula Cardoso, dos Serviços de Notariado, foi presente, para aprovação, a minuta do “Contrato de Comodato”, a celebrar entre o Município do Entroncamento e o Motoclube os Fenómenos do Entroncamento, sobre a cedência de uma parcela de terreno, no Parque do Bonito, na sequência da deliberação de 02/09/2013.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente minuta do “Contrato de Comodato”.

- Mais deliberou em relação à parcela de terreno, cedida para a Sede do Motoclube, através do contrato de comodato celebrado em 11/03/2008, seja restituída ao Município, anulando, assim o respetivo contrato.

- Deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

11964 - MINUTA DE CONTRATO DE COMODATO – CEDÊNCIA DE EDIFÍCIO AO GRUPO 84 DA ASSOCIAÇÃO DOS ESCOTEIROS DE PORTUGAL – JARDIM PARQUE JOSÉ PEREIRA CALDAS

- Da Assistente Técnica Ana Paula Cardoso, dos Serviços de Notariado, foi presente, para aprovação, a minuta do “Contrato de Comodato”, a celebrar entre o Município do Entroncamento e o Grupo 84 da Associação dos Escoteiros de Portugal, sobre a cedência de Edifício, no Jardim Parque José Pereira Caldas, na sequência da deliberação de 02/09/2013.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente minuta do “Contrato de Comodato”.

- Deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

11965 - MINUTA DE CONTRATO DE COMODATO – CEDÊNCIA DE TERRENO AO GRUPO 84 - ASSOCIAÇÃO DOS ESCOTEIROS DE PORTUGAL E AO AGRUPAMENTO 542 – CORPO NACIONAL DE ESCUTAS (CNE) – PARQUE DO BONITO

- Da Assistente Técnica Ana Paula Cardoso, dos Serviços de Notariado, foi presente, para aprovação, a minuta do “Contrato de Comodato”, a celebrar entre o Município do Entroncamento e o Grupo 84 da Associação dos Escoteiros de Portugal e Agrupamento 542 – Corpo Nacional de Escutas (CNE), sobre a cedência de terreno no Parque do Bonito, na sequência da deliberação de 02/09/2013.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente minuta do “Contrato de Comodato”.

- Deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

18198 - MINUTA DE CONTRATO DE CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO NA PRAÇA SALGUEIRO MAIA

- Da Assistente Técnica Ana Paula Cardoso, dos Serviços de Notariado, foi presente, para aprovação, a minuta do “Contrato de Cessão de Posição Contratual – Prestação de Serviços de Vigilância do Parque de Estacionamento Subterrâneo

na Praça Salgueiro Maia”, a favor da Firma “Segurforce – Segurança e Vigilância, Lda.”, na sequência da deliberação de 19/08/2013.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar a respetiva minuta.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ZONA INDUSTRIAL

12461 – ABERTURA DE HASTA PÚBLICA – VENDA DOS LOTES N.ºS 4, 5, 6, 7 E 8 – ZONA INDUSTRIAL – 2.ª FASE

- Da Assistente Técnica - Paula Valente, do Setor de Serviço Notarial, foi presente a seguinte informação referente à abertura de Hasta Pública para Venda dos Lotes n.ºs 4, 5, 6, 7 e 8 da Zona Industrial – 2.ª Fase.

A SABER:

«Para cumprimento do artigo 20.º do Regulamento da Zona Industrial – 2.ª Fase, e de acordo com a deliberação camarária de 02 de setembro de 2013, deverá ser presente em reunião de Câmara para decisão de abertura de Hasta Pública, de acordo com o referido Regulamento e por se encontrarem disponíveis para alienação os seguintes lotes:

Lote N.º 4 - terreno para construção urbana, com a área de **1.300,00 m²**, sito no Casal Marcos Ferreira – Zona Industrial – 2.ª Fase, que confronta a Norte com Lote n.º 3 do Município do Entroncamento; Sul com Lote n.º 5 do Município do Entroncamento; Nascente com Município do Entroncamento e Poente com Rua Projectada, inscrito na matriz predial urbana da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, sob o artigo 2719, e descrito na Conservatória do Registo Predial do Entroncamento sob o n.º 3512 da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, inscrito a favor do Município, pela inscrição de aquisição AP-2 de 23-04-2011, com o valor patrimonial atual de 49.959,18€.

Lote N.º 5 - terreno para construção urbana, com a área de **1.170,00 m²**, sito no Casal Marcos Ferreira – Zona Industrial – 2.ª Fase, que confronta a Norte com Lote n.º 4 do Município do Entroncamento; Sul com Lote n.º 6 do Município do Entroncamento; Nascente com Município do Entroncamento e Poente com Rua Projectada, inscrito na matriz predial urbana da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima sob o artigo 2720, e descrito na Conservatória do Registo Predial do Entroncamento sob o n.º 3513, da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, inscrito a favor do Município, pela inscrição de aquisição AP-2 de 23-04-2011, com o valor patrimonial atual de 44.969,77 €.

Lote N.º 6 - terreno para construção urbana, com a área de **1.140,00 m²**, sito no Casal Marcos Ferreira – Zona Industrial – 2.ª Fase, que confronta a Norte com Lote n.º 5 do Município do Entroncamento; Sul com Lote n.º 7 do Município do Entroncamento; Nascente com Município do Entroncamento e Poente com Rua Projectada, inscrito na matriz predial urbana da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima sob o artigo 2721, e descrito na Conservatória do Registo Predial do Entroncamento sob o n.º 3514, da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, inscrito a favor do Município, pela inscrição de aquisição AP-2 de 23-04-2011, com o valor patrimonial atual de 43.830,89 €.

Lote N.º 7 - terreno para construção urbana, com a área de **1.170,00 m²**, sito no Casal Marcos Ferreira – Zona Industrial - 2.ª Fase, que confronta a Norte com Lote n.º 6 do Município do Entroncamento; Sul com Lote n.º 8 do Município do Entroncamento; Nascente com Município do Entroncamento e Poente com Rua Projectada, inscrito na matriz predial urbana da Freguesia de Nossa Senhora de

Fátima sob o artigo 2722, e descrito na Conservatória do Registo Predial do Entroncamento sob o n.º 3515 da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, inscrito a favor do Município, pela inscrição de aquisição AP-2 de 23-04-2011, com o valor patrimonial atual de 44.969,77 €.

Lote N.º 8 - terreno para construção urbana, com a área de **1.260,00 m²**, sito no Casal Marcos Ferreira – Zona Industrial – 2.ª Fase, que confronta a Norte com Lote n.º 7 do Município do Entroncamento; Sul com Lote n.º 9 do Município do Entroncamento; Nascente com Município do Entroncamento e Poente com Rua Projectada, inscrito na matriz predial urbana da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima sob o artigo 2723, e descrito na Conservatória do Registo Predial do Entroncamento sob o n.º 3516 da freguesia de Nossa Senhora de Fátima, inscrito a favor do Município, pela inscrição de aquisição AP-2 de 23-04-2011, com o valor patrimonial atual de 48.451,52 €.

A alienação dos referidos lotes será efetuada de acordo com as seguintes condições:

1 - Só podem concorrer à Hasta Pública os interessados cujo dossier de candidatura tenha sido admitido;

2 - O valor base de licitação será de:

- Lote 4 – 9.750,00€

- Lote 5 – 8.775,00€

- Lote 6 – 8.550,00€

- Lote 7 – 8.775,00€

- Lote 8 – 9.450,00€

3 - Não serão admitidos lanços inferiores a 500,00 €;

4 - Após a adjudicação, o adquirente deverá proceder ao pagamento de 50%, no ato da arrematação, sendo que o pagamento dos restantes 50% terá lugar com a realização da escritura de compra e venda, 30 dias após a Hasta Pública;

5 - O referido no número anterior não exclui a possibilidade de o adquirente, se assim o entender, proceder ao pagamento integral no próprio ato da arrematação;

6 - A alienação será feita em Hasta Pública, em dia e hora a indicar em Edital;

7 - A Comissão que irá presidir à Hasta Pública será constituída pelos seguintes elementos: Presidente: Chefe de Divisão de Finanças e Património, Dr. Hugo Gonçalves;

Vogais efetivos: Técnico Superior, Dr.ª Filipa Silvestre; Assistente Técnico, Paula Valente;

Vogal suplente: Assistente Técnico, Paula Cardoso.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, proceder à abertura da hasta pública, de acordo com esta informação.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS MUNICIPAIS

11497 - REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM PARQUE JOSÉ PEREIRA CALDAS – AUTO DE VISTORIA DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS CONTRATUAIS, SITUAÇÃO N.º 10 – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Exmo. Presidente que “de acordo com o n.º 3 do art.º 68.º da Lei n.º 169/99 de 18/9 e posteriores alterações”, homologou o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação n.º 10, do Contrato Inicial, no valor de 89.419,45 € (oitenta e nove mil quatrocentos e dezanove euros e quarenta e cinco cêntimos), elaborado

em 12 de agosto de 2013, referente à empreitada da “Requalificação do Jardim Parque José Pereira Caldas”, adjudicada à Firma Miraterra – Obras Públicas, Lda.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

12571 - EXECUÇÃO DA NOVA ESCOLA EB 2.3 DR. RUY D’ANDRADE – AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS CONTRATUAIS, SITUAÇÃO N.º 8

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Medição de Trabalhos, Situação n.º 8, do Contrato Inicial, no valor de 292.993,77 € (duzentos e noventa e dois mil novecentos e noventa e três euros e setenta e sete centavos), elaborado em 04 de setembro de 2013, referente à empreitada da “Execução da Nova Escola EB 2.3 Dr. Ruy d’Andrade”, adjudicada à Firma Alpeso – Construções, SA.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS PARTICULARES

10351 – PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA – MANUEL BARROSO TAVARES, LDA – CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO HABITACIONAL – RUA DA CARIDADE, LOTE N.º 10 – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- Petição de Manuel Barroso Tavares, Lda., a solicitar informação prévia escrita acerca da construção de um edifício habitacional, na rua da Caridade, Lote n.º 10, nesta cidade, conforme o projeto de arquitetura que junta.

- Ouvido o Diretor de Departamento de Urbanismo e Obras Municipais, Arquiteto Silvino, emitiu este, a seguinte informação:

«Pode-se informar o requerente de que de acordo com o alvará de loteamento 1/04, o projeto de arquitetura apresentado é viável e cumpre os parâmetros urbanísticos constantes do regulamento do alvará bem como as normas regulamentares em vigor.»

- Neste processo o Exmo. Presidente, proferiu o seguinte despacho:

«Proceder em conformidade, de acordo com o n.º 3 do art.º 68.º da Lei n.º 169/99 de 18/09 e posteriores alterações. À reunião de Câmara para ratificação.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, ratificar o presente despacho.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

11764 - PROC.º DE OBRAS N.º 68/10 – ONDA FÍSICA II – HEALTH CLUB, LDA - CONSTRUÇÃO DE HEALTH CLUB – ALTERAÇÕES – DECISÃO FINAL – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- Presente o processo de obras número 68/2010, em nome de Onda Física II – Health Club, Lda., referente a alterações na construção de Health Club, na rua do Bonito (Pinhal da Lameira), nesta cidade, no seguimento do deferimento do projeto de alterações de arquitetura e apresentação dos projetos das especialidades.

- Neste processo o Exmo. Presidente, proferiu o seguinte despacho:

«Deferido de acordo com o n.º 3 do art.º 68.º da Lei n.º 169/99 de 18/09 e posteriores alterações. À reunião de Câmara para ratificação.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, ratificar o presente despacho.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

12014 – PROC.º OBRAS N.º 68/99 – JOÃO ESTEVES & ANTÓNIO DIAS ESTEVES, LDA – ALTERAÇÕES – INFORMAÇÃO – AUTO DE CONTRAORDENAÇÃO

Nesta altura e durante a apreciação deste assunto, ausentou-se da reunião o Vereador Sr. Alexandre Zagalo.

- Na sequência da deliberação tomada em 19 de agosto de 2013, sobre as alterações introduzidas na construção de um hotel de 4****, na rua Projetada à rua Conselheiro Albino dos Reis, lote 6, nesta cidade, a que respeita o processo de obras n.º 68/99, em nome de João Esteves & António Dias Esteves, Lda., foi presente do Fiscal Municipal Ricardo Jorge Louro Horta Marques, o Auto de Contraordenação, datado de 04 de setembro corrente, no qual refere que, após deslocação ao local verificou pessoalmente e na presença da testemunha o Técnico Superior Arquiteto José Tavares, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, o seguinte:

«Existem diferenças no patamar com a escada e rampa de acesso à entrada do hotel, foram colocadas chapas fechadas a cobrir o gradeamento das varandas, a platibanda está a fazer coroamento com o mesmo efeito das varandas dos pisos inferiores, a volumetria na cobertura com subida dos beirados e da cumieira. De referir que estas alterações correspondem às alterações apresentadas mas como não cumprem o regulamento em vigor, não foram aprovadas.»

- A Câmara tomou conhecimento de tudo, bem como de que o Auto deu entrada nos Serviços Jurídicos, como registo autónomo - SGD n.º 12455.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OUTROS ASSUNTOS FORA DA ORDEM DO DIA

- De acordo com o art.º 83 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Exmo. Presidente apresentou os assuntos que a seguir se transcrevem, após a Câmara ter concordado com a sua análise:

CLUBES ASSOC. DESPORT. CULTURAIS DO ENTR.º

12639 – CADE – CLUBE AMADOR DE DESPORTOS DO ENTRONCAMENTO – PUBLICIDADE PARA ÉPOCA DESPORTIVA 2013/2014

- Ofício n.º 11.2013/2014, de 10 de setembro, do CADE – Clube Amador de Desportos do Entroncamento, a solicitar um subsídio para a época desportiva de 2013/2014, pela inscrição da publicidade “Entroncamento” e do logotipo em todos os equipamentos do Clube, por entenderem que esta publicidade é de todo o interesse para divulgação do Concelho.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, conceder um subsídio de 1.250,00 Euros, para a publicidade nos equipamentos.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

12654 – UFE – ARRAIAL DO UNIÃO FUTEBOL DO ENTRONCAMENTO – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS

- E-mail do União Futebol Entroncamento, a solicitar, no seguimento da solicitação que efetuaram para a realização do “Arraial do União Futebol Entroncamento” no dia 21-09-2013, a partir das 17.00 horas, a isenção do pagamento das taxas relativas à licença de recinto improvisado, licença especial de ruído e licença de publicidade do evento na via pública.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, isentar a Associação do pagamento das referidas taxas.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ASSOCIAÇÕES DESP. E CULTURAIS F/CONCELHO

12230 – RENASCER - ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE REABILITAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E CULTURA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇO E ISENÇÃO DE TAXAS

- E-mail, de 03 de setembro corrente, da Renascer - Associação Cristã de Reabilitação, Ação Social e Cultura, com sede na rua do Casal da Serra, Quinta da Serra – Carnaxide, a comunicar que se encontra registada como Instituição Particular de Solidariedade Social e desenvolve trabalho de reabilitação de pessoas sem abrigo e/ou baixos recursos financeiros provenientes de diversas cidades do país e alguns são encaminhados por algumas instituições de solidariedade social ou organismos oficiais.

- Neste sentido, solicita autorização para a realização de uma campanha de venda de brindes nos dias 30 e 31 de outubro e 01 de novembro de 2013, com vista à angariação de fundos, na rua Luís Falcão de Sommer, com a colocação de uma banca de publicidade, bem como a isenção das respetivas taxas.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, isentar a Associação do pagamento das referidas taxas.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

NOTARIADO

7450 – MINUTA DO CONTRATO - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO PARA O ANO LETIVO 2013/2014

- Da Assistente Técnica Ana Paula Cardoso, dos Serviços de Notariado, foi presente a minuta do Contrato do “Fornecimento de Refeições nos Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo Básico para o ano letivo 2013/2014”, adjudicada à Firma UNISELF – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S. A., para aprovação.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente minuta.

- Mais deliberou retificar a deliberação de 02 de setembro corrente, na parte onde consta o nome do adjudicatário “UNISELF, S.A.”, deverá passar a constar “UNISELF – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A.”

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

HABITAÇÃO SOCIAL

12256 – HABITAÇÃO SOCIAL – TRANSMISSÃO DO DIREITO À HABITAÇÃO – VÍTOR HUGO ALVES FERREIRA

- Da Técnica Superior Dr.ª Laura Maia, da Divisão de Assuntos Sociais, Educação e Saúde, foi presente a seguinte informação relativa à transmissão do direito à habitação, referente a Vítor Hugo Alves Ferreira:

«Na sequência da petição de Vítor Hugo Alves Ferreira, residente na rua Jaime Pascoal de Brito n.º 8, Bairro Frederico Ulrich, filho de Luísa Maria Gila, o mesmo solicitou a transmissão do direito à habitação, devido ao falecimento da titular do arrendamento sua mãe, comprovando o solicitado através de Assento de Óbito.

Nesta conformidade, informo, que após análise ao referido pedido e ao processo individual de habitação da arrendatária, que seu filho Vítor Hugo Alves Ferreira, cumpre o estabelecido no Regulamento de Atribuição e Gestão de Fogos de Renda Social e reúne os requisitos constantes na alínea b) do artigo no artigo 16.º, que refere: “Aos descendentes que com ele coabitasse há mais de um ano”.

De acordo com o estabelecido que regulamenta as rendas de habitação social, resulta a aplicação da renda a cobrar no valor de quinze euros (15.00€).»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, autorizar a transmissão do direito à habitação, de acordo com esta informação.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS MUNICIPAIS

12617 - CONCURSO PÚBLICO – EMPREITADA DE “QUALIFICAÇÃO DA ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL

- Do Chefe de Divisão dos Serviços Urbanos, Eng.º Nuno Valente, foi presente a informação que a seguir se transcreve, referente à abertura de procedimento para o lançamento do concurso público para a empreitada de “Qualificação da Área de Acolhimento Empresarial”.

A SABER:

«De acordo com o solicitado por Vossa Excelência anexa-se o Programa de Procedimento e Caderno de Encargos que inclui o Projeto de Execução, de acordo com o art.º 43.º do CCP, respeitante à Empreitada em título, para aprovação e abertura de procedimento de Concurso Público.

A escolha do procedimento foi fixada nos termos do CCP (Código dos Contratos Públicos) adotando-se para o efeito o Concurso Público, de acordo com a alínea b) dos artigos 19.º, 130.º e seguintes, sendo a decisão de contratar e de autorização da despesa estabelecidas de acordo com o n.º 1 do artigo 36.º do mesmo Código.

A estimativa orçamental máxima para a execução dos trabalhos é de 850.000,00€ (Oitocentos e cinquenta mil euros) e o prazo de execução é de 12 meses.

Deverá a Excelentíssima Câmara Municipal designar o Júri, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 67.º do CCP, o qual deverá ser composto, em número ímpar, por um mínimo de três elementos efetivos, um dos quais presidirá, e dois suplentes.

Propõe-se ainda, de acordo com o n.º 2 do art.º 69.º do CCP, a delegação de competências no júri para:

- Prestar esclarecimentos;
- Proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento;
- Pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados;
- Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas

O critério de adjudicação será o do preço mais baixo.

Estima-se que, dada a data de abertura do procedimento, e a tramitação processual inerente ao mesmo (nomeadamente prazos exigidos em concurso público e envio do processo para o visto do Tribunal de Contas) que a consignação só se concretize no início de 2014, pelo que a percentagem de execução será transferida para o próximo ano e eventualmente início de 2015.

Deverá ser verificada a cabimentação e todas as questões à luz da lei dos compromissos.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar e rubricar o Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, bem como todas as peças que compõem o processo, e abrir o concurso público de acordo com o Código dos Contratos Públicos.

- Mais deliberou, por proposta do Exmo. Presidente, aprovar a constituição do seguinte júri:

Presidente:

- Arquiteto – Silvino Ferreira dos Santos – Diretor de Departamento de Urbanismo e Obras Municipais

Vogais efetivos:

- Dr.^a Márcia Maria Pereira Fanha – Chefe de Divisão de Administração Urbanística e Eng.^o Nuno Eduardo Ferreira Valente – Chefe de Divisão de Serviços Urbanos;

Vogais suplentes:

- Eng.^o Joaquim Canteiro - Técnico Superior da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares e Arquiteto Domingos Rafael – Chefe de Divisão de Espaço Verdes e Ambiente.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

LOTEAMENTOS

14560 – LOTEAMENTOS N.ºS 03/81 E 07/00 – BINOLINO – CONSTRUÇÕES, LDA - ANÁLISE DOS ANTECEDENTES E DAS ÁREAS DE CEDÊNCIA NAS URBANIZAÇÕES DO CASAL VIDIGAL

- Na sequência da deliberação de 19 de agosto de 2013, na qual foi deliberado mandar elaborar uma proposta de roteiro processual com vista ao registo pelo Município do terreno com a área de 13.062 m², cedida ao Município desde 1981 e ainda na posse do proprietário, nas urbanizações do Casal Vidigal (Loteamentos n.º 03/81 e 07/00), em nome da Firma Binolino – Construções, Lda., foi presente, de novo, este processo com a seguinte informação da Técnica Superior Dr.^a Fátima Rosa, dos Serviços Jurídicos:

«Relativamente ao solicitado informam estes serviços que o Município não dispõe de título válido para poder proceder ao registo da parcela, não consta do alvará a parcela de cedência, tal era obrigatório já à data, nem na memória descritiva se indica qualquer tipo de finalidade para a cedência, público ou privado; dado que o Município não dispunha da posse do terreno, também não poderá utilizar a seu favor a figura de usucapião.

Assim, nesta área, concorda-se com as conclusões da informação constante do anexo 6, que estabelece que será junto dos atuais proprietários que terá de ser resolvida esta questão e acordar-se a respetiva cedência.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, contactar extrajudicialmente os atuais proprietários no sentido de se encontrar uma solução consensual a qual só poderá ser a cedência gratuita dos referidos 13.062 m², objeto da cedência obrigatória à Câmara.

Se, no prazo de 08 dias, tal solução não for atingida o assunto será de imediato remetido para Tribunal com todos os encargos e incómodos daí decorrentes.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

12652 – PROCESSO DE LOTEAMENTO N.º 01/1997 – ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 02/2000 – CANFOL, LDA - IRREGULARIDADES

- Do Diretor de Departamento de Urbanismo e Obras Municipais Arquiteto Silvino Ferreira dos Santos, foi presente a informação que a seguir se transcreve, acerca de irregularidades detetadas no Alvará de Loteamento n.º 02/2000.

A SABER:

«Na sequência de uma reunião com o Sr. Manuel Barroso Tavares realizada no dia 30 de agosto de 2013, em que um dos assuntos abordados foi um lote de terreno sito no Pinhal da Lameira que, é confinante com o Aditamento n.º 1 ao Alvará de Loteamento n.º 01/81, cumpre-me informar V. Ex.^a do seguinte:

- Da análise do processo de loteamento n.º 01/97 detetou-se que o terreno em causa, fazia parte do Alvará de Loteamento n.º 4/81, cuja configuração é um retângulo e com a área de 5 043,00 m² conforme desenho anexo (doc. 1);
 - A configuração e a área do terreno loteado nada tem a ver com o Alvará atrás mencionado (doc. 2);
 - O desvirtuar da configuração do terreno permitiu criar 11 (onze) lotes de moradias, cuja aptidão permitiria no máximo 7 (sete) lotes, tendo o Promotor conseguido uma mais-valia de 4 (quatro) lotes, para além de que, a área alvo do processo de loteamento foi adulterada (existe uma diferença com cerca de 150,00 m² que foram retirados do lote n.º 1) (doc. 3);
 - Esta situação deverá ser alvo de averiguação para apurar responsabilidades dos intervenientes no processo.
- Mais informo V. Ex.^a que, em visita ao local foi detetado que existe um terreno que foi cedido ao Município, vedado com um muro e com início de uma construção que se pressupõe para anexos, que deve ter sido executado à época.»
- A Câmara, tudo visto e analisado, e em virtude da gravidade dos factos denunciados e, por se lhe afigurar existirem indícios de natureza criminal, deliberou, por unanimidade, enviar todos os documentos que compõem o presente processo para os serviços do Ministério Público do Entroncamento, para os efeitos tidos por convenientes.
 - Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

- E nada mais havendo a tratar o Excelentíssimo Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata.
- E eu, _____, Coordenador Técnico na Divisão de Inovação e Modernização Administrativa, a redigi, subscrevo e vou assinar, juntamente com o Excelentíssimo Presidente e Vereadores presentes.